

GLOBALIZAÇÃO: CONSEQUÊNCIAS E DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO

Diziane Reis da Silva

Universidade Feevale – Capes/OBEDUC

irmaosreis@hotmail.com

Eliana Perez Gonçalves de Moura

Universidade Feevale – Capes/OBEDUC

elianapgm@feevale.br

Resumo: Este artigo apresenta os resultados preliminares de um estudo piloto, desenvolvido com o objetivo de fundamentar a problemática da pesquisa de mestrado em Diversidade Cultural e Inclusão Social. O presente estudo investigou a opinião de professores da rede pública municipal de ensino fundamental da cidade de Novo Hamburgo/RS sobre a temática da Cidadania com ênfase na participação, gestão democrática, relação escola-comunidade, entre outras. Como procedimento de coleta de dados, foi distribuído um questionário autoaplicável, composto por dezessete questões fechadas, o qual foi respondido por professores de duas escolas da mesma localidade, sendo que retornaram vinte e um questionários. A análise dos dados foi realizada buscando estabelecer as frequências médias das respostas expressas em índice percentual. Para subsidiar as análises utilizamos os aportes teóricos de autores tais como Zigmundt Bauman e Nestor Canclini, especialmente, para refletir sobre os desafios dos padrões de uniformidades e reorganização de hábitos culturais evidentes hoje em nossa sociedade, para a educação, na medida em que geram grandes desigualdades sociais. A análise dos dados evidenciou que, a percepção dos professores apresenta-se conflitante e contraditória quando cruzamos diversas questões, especialmente, aquelas que abordam a abertura do espaço escolar aos alunos para participar, ou mesmo para questionar e propor mudanças. Encerra-se propondo uma reflexão sobre a atual realidade social e as urgentes mudanças, sejam elas de atitudes, comportamentos e pensamentos, defendendo assim a introdução da solidariedade, cooperação, democracia como valores norteadores de práticas de educação escolar capazes de contribuir para uma formação cidadã.

Palavras-chave: Globalização. Educação. Cidadania. Interculturalidade.

GLOBALIZAÇÃO: AVANÇOS E RETROCESSOS

A sociedade brasileira vem enfrentando grandes e irreversíveis transformações a partir do fenômeno da globalização. Este processo, para alguns, representa felicidade, mas, para a maioria, vem sendo motivo de infelicidade, na medida em que produz efeitos desiguais em diversas esferas da vida.

Um efeito imediato pode ser percebido na ruptura da comunicação corpo a corpo entre os globais e os locais fazendo com que a comunicação passe a ser basicamente realizada através de hardware. Outro efeito da globalização é a extinção dos limites geográficos, visto que em

tempos de globalização as distâncias não importam (BAUMAN, 1999). Por si, as mudanças no padrão da comunicação associadas à extinção das distâncias geográficas parecem representar um avanço social na medida em que permite a superação de limites até pouco intransponíveis.

Para Canclini (2010) fica evidente a redefinição que os espaços urbanos vêm sofrendo, e com isso, as cidades se reordenam através de vínculos eletrônicos. Para o autor, os laços sociais e culturais que passam através do rádio e da televisão de forma vertical e anônima, moldam os novos vínculos invisíveis da cidade.

De acordo com Bauman “o espaço tornou-se [...] emancipado das restrições naturais do corpo humano” (1999, p. 24). As informações que antes respeitavam e acompanhavam a velocidade do corpo, hoje estão instantaneamente disponíveis em todo planeta. Frente a isso, Canclini ao apresentar os dados de sua pesquisa, evidencia que “nos finais de semana, a maioria da população dedica seu tempo “livre” à reclusão em casa”(2010, p.79), indicando que, a rotina acelerada desestimula a população aos usos recreativos e culturais que a cidade oferece.

A desintegração da vida comunitária também é um fenômeno decorrente da globalização. Para Canclini (2010) a diminuição da participação em espaços públicos (cinemas, teatros, etc), e o aumento da audiência da cultura a domicílio (Rádio, televisão, etc) faz parte do fenômeno da globalização cultural.

Sobretudo, o que a sociedade brasileira vivencia é, a separação dos laços comunitários, o que gera como consequência o aumento considerável das desigualdades sociais.

Segundo Bauman (2003, p. 32) as relações sustentavam-se pelos laços morais e emocionais, da família e da vizinhança, sobretudo, pelos laços comunitários que a mantinham em seu lugar. Contudo, com a globalização os laços comunitários viriam a ser submetidos a uma rotina inteiramente diferente, ostensivamente artificial, sustentada pela coação nua e sem sentido em termos de “dignidade, mérito ou honra”.

Frente a isso, Canclini afirma que “a metrópole cria padrões de uniformidade, remodela os hábitos locais e os subordina a estilos “modernos” de trabalhar, se vestir e se distrair” (2010, p. 101). Vivemos uma reorganização dos hábitos culturais, passando dos saudáveis encontros em praças, teatros e cinemas para a sociabilidade dos *shoppings centers* e o isolamento da televisão em casa.

Percebe-se contudo, que esta reorganização dos hábitos culturais produz uma precarização das relações sociais. Para Bauman (2009) um espaço é público na medida em que se aprendem e, sobretudo se praticam os costumes e as maneiras de uma vida urbana satisfatória, um espaço que permita o acesso de homens e mulheres sem que precisem ser previamente selecionados, lugar este onde a atração e a rejeição se desafiam. E somente os espaços públicos que reconhecem o valor criativo das diversidades e sua capacidade de tornar a vida mais intensa conseguem encorajar as pessoas a empenhar-se num diálogo significativo. Fácil... Acreditamos que não. Impossível.. Não sabemos!

Bauman (2009), provoca uma reflexão importante em relação à tumultuada vida em sociedade, em relação aos desafios encontrados para caminharmos rumo à construção de um novo capital social, que para ele significa investimento nas relações e nos vínculos. Para Canclini

(2010), as políticas culturais deveriam pensar a heterogeneidade não como um problema, mas sim como base para a pluralidade democrática.

Diferente do que se pensava em relação ao progresso, em relação à globalização que se apresentava com a promessa de uma felicidade duradoura, estamos enfrentando justamente o contrário. Esta vem representando uma ameaça e inevitável mudança que não promete paz nem repouso e sim, crises e tensões contínuas.

Quando se fala em projetar formas de convívio humano (o investimento no capital social apontado por Bauman), se depara com projetos impossíveis de atender a todas as demandas da sociedade, e é justamente nestes projetos que Bauman aponta para a condição do excluído, afirmando que as leis proclamam “que o excluído não é assunto seu [...]. A condição de excluído consiste na ausência de uma lei que se aplique a ela” (2005, p. 43). Diante disso, “a superpopulação é apenas um efeito colateral da civilização global emergente que se manifesta na produção e remoção de refugos.” (p. 55).

No Brasil, houve uma forte migração de pessoas do campo para as grandes cidades em busca de melhores condições de trabalho e na promessa de uma vida melhor. Sobretudo, o que se percebe é que o mercado não deu conta de absorver toda a demanda e acabou que estes, foram jogados as margens, criando cinturões de pobreza. Como consequência, percebem-se nitidamente em nossa realidade, os efeitos apontados por Bauman, tais como: o isolamento, a produção de lixo humano e não humano, e sobretudo a precarização das relações sociais.

Frente a isso, Canclini chama atenção para as análises que a população em geral faz sobre a migração para as grandes metrópoles, visto que, para muitos os problemas das cidades são causados pelos migrantes. Porém, não se dão conta que estes foram atraídos pela industrialização e pela expansão modernizadora; estes fatores não são considerados diante “da convicção de que a cidade do passado, que imaginavam esplêndida, tinha sido arruinada por estes migrantes “de qualidade inferior”” (2010, p. 105).

A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO CIDADÃ.

Diante do cenário exposto acima, questiona-se o modelo de formação brasileira para a cidadania. Para Almeida (2007, p. 21) “o país está em transformação, e [...] depende da sala de aula.” Porém, o que se percebe em relação a educação, é que esta não prepara as crianças e jovens para serem protagonistas no desenvolvimento do país. Frigotto e Giavatta, (2003) dizem que, a educação do cidadão produtivo, onde o mercado funciona como princípio organizador do conjunto da vida coletiva, distancia-se dos projetos do ser humano emancipado para o exercício de uma humanidade solidária e a construção de projetos sociais alternativos.

Em relação à educação, Carvalho (2013, p.210) analisando os dados de uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro diz que a mesma “mostrou que o fator mais importante no que se refere ao conhecimento dos direitos é a educação”. Os dados revelam ainda que educação é o fator que mais bem explica o comportamento das pessoas, afirmando que os mais educados se filiam mais a sindicatos, a órgãos de classe, a partidos políticos.

Canclini confirma os dados de Carvalho (2013) com os resultados da sua pesquisa do II Festival da Cidade do México. Sua pesquisa identificou que “o festival reproduz a segmentação e segregação da população engendrada pela desigualdade de acesso ao capital e à educação” (CANCLINI, 2010, p.82). Mais de setenta e oito por cento da população que estava no festival tinha segundo grau e estudos superiores, ou seja, quanto maior a escolaridade, mais acesso a cultura.

Para tanto, necessita-se desenvolver o sentimento de pertencimento à sua condição de indivíduo e cidadão, me parece ser esta a competência que Frigotto e Giavatta, (2003, p.56) dizem ser necessária ao sujeito desenvolver, visto que “(...) as características de uma sociedade complexa, onde a dinâmica social leva os indivíduos a participar de diferentes esferas da sociedade, lhes exige uma ‘competência’ particular para que a própria cidadania possa ser exercida”.

Sobretudo, no Brasil, embora, formalmente, todos sejamos cidadãos, há níveis e situações concretas diferenciadas de cidadania de acordo com as classes sociais. (op. cit. 2003). Em relação às grandes desigualdades sociais brasileiras, Carvalho diz ser esta a escravidão de hoje, o novo câncer que impede a constituição de uma sociedade democrática. E mais, destaca que a “precária democracia de hoje não sobreviveria a espera tão longa para extirpar o câncer da desigualdade” (2013, p. 229).

Acredita-se que a escola é um importante espaço de convívio social para contribuir no desenvolvimento da competência que Frigotto e Giavatta (2003) destacam importantes, conforme acima mencionada. É neste espaço que se deve problematizar que cidadão queremos “formar” para a nossa sociedade. Aqueles que se calam e acabam sendo absorvidos pela lógica mercantil, ou aqueles que sejam capazes de posicionar-se e lutar por um mundo melhor, um mundo de igualdades entre todos.

Para Sales (2009) a origem da desigualdade social brasileira tem estreita relação com a ‘cidadania concedida’, que coloca em lados opostos o ‘mandante’ e o ‘subserviente’, aquele que prove a quem lhe pede. Tendo em vista que a educação pauta suas práticas em torno da empregabilidade, preparando os alunos para serem trabalhadores que saibam manejar conhecimento e não, que aprimorem sua cidadania, é que se percebe a necessidade de mudanças, corroborando assim com Demo (S/D), que afirma que as escolas deveriam estar atreladas a cidadania, e não apenas ao mercado.

A educação é encarada como uma estratégia central da competitividade, no contexto da globalização fortemente marcada pela lógica do conhecimento. Mas hoje, segundo Demo (S/D) o problema maior do conhecimento talvez seja o de criar conhecimento para superar os males do próprio conhecimento.

PODEMOS VIVER SEM O OUTRO? OS DESAFIOS DA INTERCULTURALIDADE

Percebe-se que uma das grandes falhas da sociedade moderna é a inexistência de mais espaço para o diálogo, segundo já apontado por Bauman. Acredita-se que, para transformar a sociedade e o mundo precisamos ouvir as pessoas, independente de sua raça, etnia ou mesmo classe social.

Sobretudo, precisa-se entender como as pessoas se relacionam com o ambiente e como elas enfrentam seus dilemas cotidianos; bem como o envolvimento dos cidadãos no planejamento das estratégias, pois se entende serem estes os maiores conhecedores da realidade local.

Analisando sob o prisma da interculturalidade, que estabelece um diálogo entre as diferentes culturas, de forma pacífica, e que considera a sociedade como um espaço de permanente interação é que se questiona se a nossa sociedade minimamente tenha superado o multiculturalismo.

Segundo Alvarado in Lopes os objetivos da interculturalidade superam os mecanismos de resgate da identidade cultural dos diferentes grupos como assim defende o multiculturalismo. Para o autor, em se tratando de políticas de Estado, este afirma que devem também “adotar sistemática e gradualmente espaços e processos de interação positiva entre diferentes culturas, com a finalidade de abrir e gerar relações de confiança, de reconhecimento mútuo, de comunicação, de diálogo e debate, aprendizagem e intercâmbio, cooperação e convivência” (2012, p.69).

Viver em sociedade exige a comunicação com os outros, e o diálogo constitui a diferença fundamental entre a proposta do Multiculturalismo e a Interculturalidade. No entanto, segundo Lopes (2012, p. 72) “constata-se que, nunca antes como hoje, a tolerância com o diferente tem se tornado crucial para a construção da paz na sociedade mundial globalizada e a consolidação dos Estados democráticos”.

Para todo Estado que se autotitule democrático, segundo Lopes (2012, p. 78) é tarefa impostergável “fomentar o diálogo entre as majorias e as minorias da sua sociedade, por meio da regulação da escola, da mídia e do direito, de forma a incluir a participação efetiva das minorias”.

Segundo Addis in Lopes (2012, p. 77) estas três instituições podem contribuir para fomentar o diálogo, pois a escola ensina o que é importante, a mídia elabora a imagem sobre os membros da sociedade e o direito define o que é aceitável. Estas instituições, segundo Lopes (2012, p. 79) devem ser reguladas pelo Estado de forma a contribuírem na construção de uma sociedade pluralmente solidária.

Não se pretende com isso, trazer respostas prontas, até porque acredita-se que não temos ainda respostas, estamos em processo de construção de uma nova consciência. Com estes questionamentos iniciais buscamos problematizar uma realidade social, que traz implicações profundas, mobilizando assim, uma reflexão sobre a realidade encontrada hoje e as urgentes mudanças, sejam elas de atitudes, comportamentos, pensamentos.

Para Lopes (2012, p. 70) “o sentimento de pertença, o submetimento às leis em prol do bem comum e a solidariedade entre todas as pessoas constituem pré-requisitos para o sucesso de toda comunidade”. É nesta perspectiva, de construção coletiva e participativa, de escutas e diálogos, de respeito à diversidade que se fazem estas análises, buscando propor às nossas escolas um maior envolvimento e comprometimento.

O QUE PENSAM OS PROFESSORES SOBRE CIDADANIA?

Este estudo foi desenvolvido em junho de 2014, em duas escolas de ensino fundamental de Novo Hamburgo. No total, 21 professores responderam a um questionário com dezessete questões fechadas sobre a temática da cidadania, o qual visou identificar a percepção dos professores em relação à contribuição da escola na formação cidadã.

Tratando-se de um estudo piloto, do tipo exploratório, com abordagem quantitativa realizada a partir da verificação dos percentuais das respostas dos professores para cada uma das dezessete questões do questionário. Desse modo, os resultados aqui apresentados têm como referência a pesquisa realizada sendo que os 21 questionários foram tabulados e alguns seguem em forma de gráfico. Dentre as dezessete questões do questionário, para este texto foram selecionadas aquelas que mais potencial de análise ofereceram para a discussão sobre a cidadania bem como, gestão democrática, relação escola-comunidade, entre outras.

Quando questionados sobre a importância da cidadania, constatamos que noventa e cinco por cento dos professores, assinalaram entre concordo e concordo totalmente em relação a afirmação de que este é um tema muito importante para ser abordado isoladamente em uma única disciplina. Ao analisarmos o Gráfico 1 percebemos que os entrevistados defendem a transversalidade da temática da cidadania. Frente a isso fica o questionamento, será que quando a temática é pensada transversalmente não se corre o risco de nenhuma disciplina assumir, ficando assim descoberta de tratamento?

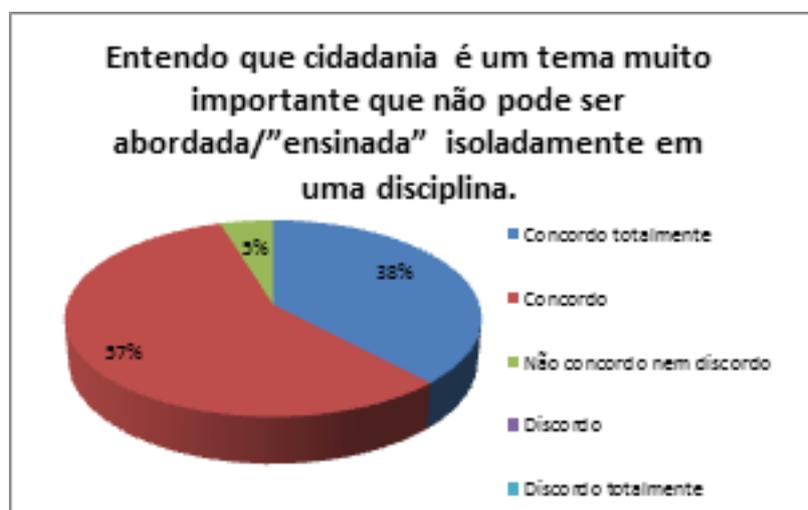


Gráfico 1 - Fonte: pesquisa

O gráfico 2 aponta para uma percepção hegemônica em relação a afirmação de que a educação deve formar para a cidadania. Para ser mais preciso, noventa e cinco por cento dos entrevistados acreditam que a educação deve formar para a cidadania. Se olharmos isoladamente este dado, pode-se inferir que, para estes professores, a educação pode auxiliar positivamente na formação de sujeitos protagonistas da sua própria história. Quer-se inclusive acreditar que os próprios professores estejam preparando seus alunos para questionar e avançar rumo a uma sociedade mais justa e igualitária. Porém, ao cruzarmos com os dados dos próximos gráficos, surgem questionamentos e dúvidas quanto à efetivação prática desta percepção, bem como quanto a concepção de cidadania destes professores.

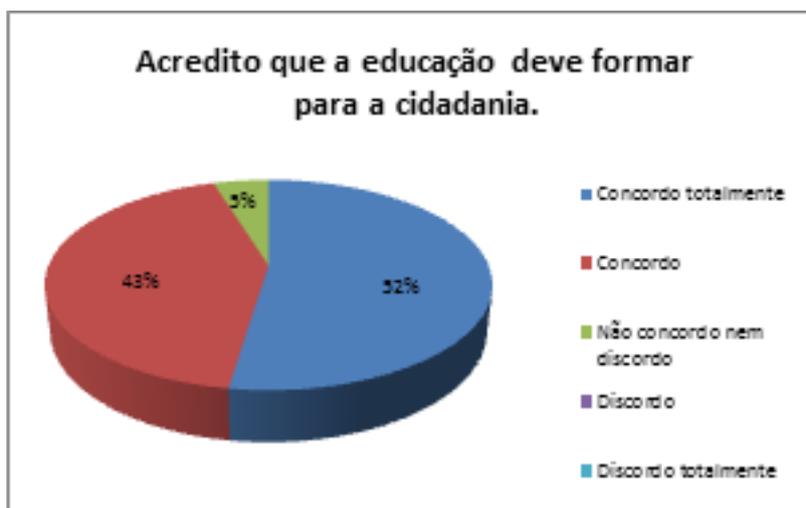


Gráfico 2 - Fonte: pesquisa

Os dados do gráfico 3 evidenciam que ainda há um percentual significativo de professores que acreditam que a escola não está preparada para receber alunos críticos, além de muitos não se posicionam frente a afirmação. Poderíamos pensar que a origem da dificuldade para as mudanças nas escolas esta na forma dos profissionais se posicionarem, se isentando de encarar as dificuldades da escola.

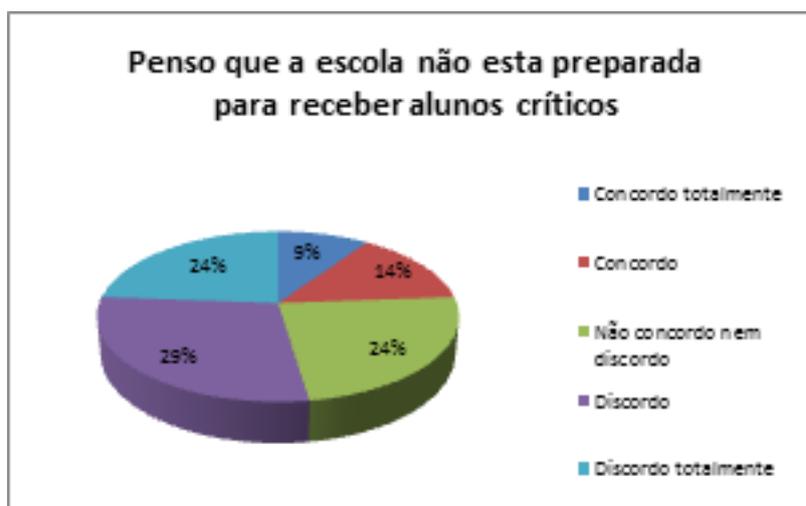


Gráfico 3 - Fonte: pesquisa

Se cruzarmos os dados do gráfico 2 e do gráfico 3, surge o questionamento: se para alguns professores a escola ainda não está preparada para receber alunos críticos, que tipo de alunos nossa educação está formando? Aqueles que se calam frente às dificuldades da atual sociedade? Nosso pressuposto frente aos dados analisados vai na direção de responder afirmativamente a questão anterior.

O gráfico 4 reforça a constatação que na percepção dos professores a educação não está preparando alunos que saibam se posicionar, que sejam críticos e protagonistas de mudanças sociais, visto que de acordo com os dados, nem no ambiente escolar os professores admitem que estes encontram oportunidade para o diálogo. Ao serem questionados em relação à afirma-

ção de que um bom aluno é aquele que questiona o sistema escolar e propõe mudanças, somente sessenta e cinco por cento dos educadores concordaram.

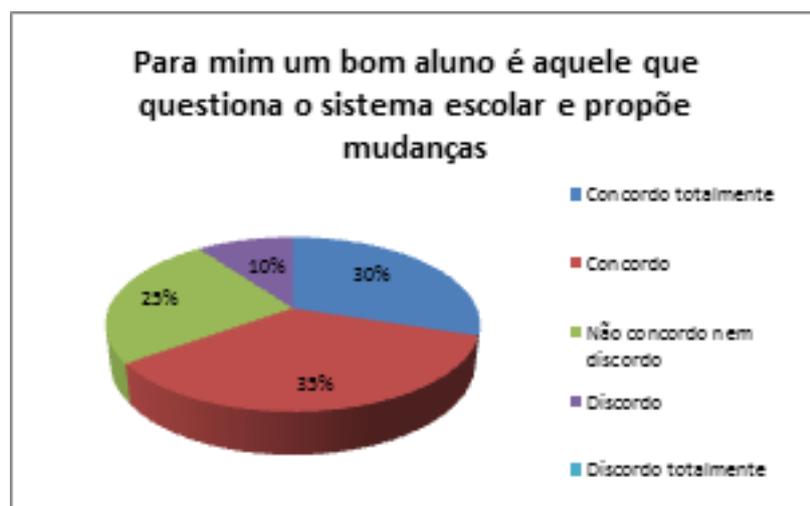


Gráfico 4 - Fonte: pesquisa

Entendemos que a escola hoje representa um importante espaço de socialização, tendo em vista que a sociedade cada vez mais isola os sujeitos e os conduz à viverem suas vidas dentro dos novos vínculos sociais, construídos nos moldes de uma sociabilidade da televisão, internet, etc.

Considerando que os espaços públicos estão cada vez mais se esvaziando, entendemos que devemos preservar e valorizar a oportunidade que o sistema escolar oferece ao reunir fisicamente, em um mesmo espaço, uma diversidade cultural. A escola representa um dos poucos lugares de possibilidade de construção coletiva, em contraponto com as atuais formas de socialização.

Ao cruzarmos os dados dos gráficos 4 e 5 percebemos que os educadores entram em contradição, visto que no gráfico 4, somente sessenta e cinco por cento concordam que um bom aluno é aquele que questiona o sistema escolar e propõe mudanças, em contraponto com oitenta e seis por cento que concorda que os alunos devem participar das decisões no espaço escolar, conforme o gráfico 5.



Gráfico 5 - Fonte: pesquisa

Estes professores entendem a importância da participação dos alunos. Porém, como já analisado anteriormente, estes professores não estão preparados e não entendem como bom aluno, aquele que questionam. Ou seja, os professores investigados parecem não estar preparados para receber os alunos críticos. Além disso, os dados do gráfico 6 demonstram que os professores defendem a importância do incentivo para a participação em sociedade.



Gráfico 6 - Fonte: pesquisa

Quando questionados se a escola deve estimular os alunos a participarem em conferências, ninguém se posicionou contra. A questão que se coloca é buscar compreender porque costuma ser facilmente constatado no próprio cotidiano da vida em sociedade que a participação de jovens é tão baixa em conferências, nos movimentos estudantis, etc. Se os dados deste estudo podem ser considerados suficientemente generalizáveis caberia indagar porque o trabalho da educação em preparar os alunos para esta vida participativa não vem surtindo efeito? Porque cada vez mais os jovens estão se “escondendo” atrás das telas dos computadores? Ou, quando saem não sabem muito bem o que estão buscando ou reivindicando?

Talvez falte explorar mais os espaços de encontros corpo a corpo, como o espaço escolar. O gráfico 7 mostra o quanto os educadores valorizam a importância de assembleias, espaços/momentos de escuta dos alunos. Mas ainda há que suspeitar destes dados, visto que dezenove por cento não se posicionaram favoravelmente.

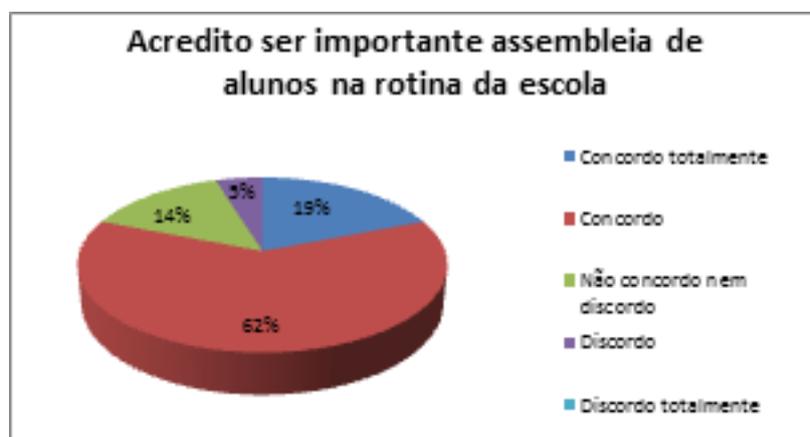


Gráfico 7 - Fonte: pesquisa

No que se refere à temática da participação na vida pública, alguns dados advindos deste estudo merecem destaque especial. Considerando que inúmeras administrações municipais, cada vez mais, tem adotado a metodologia de gestão pública que valoriza e incentiva a participação cidadã, denominada “orçamento participativo”, decidimos abordar esta temática especificamente no questionário. Desse modo, quando questionados sobre o orçamento participativo, os dados são assustadores.

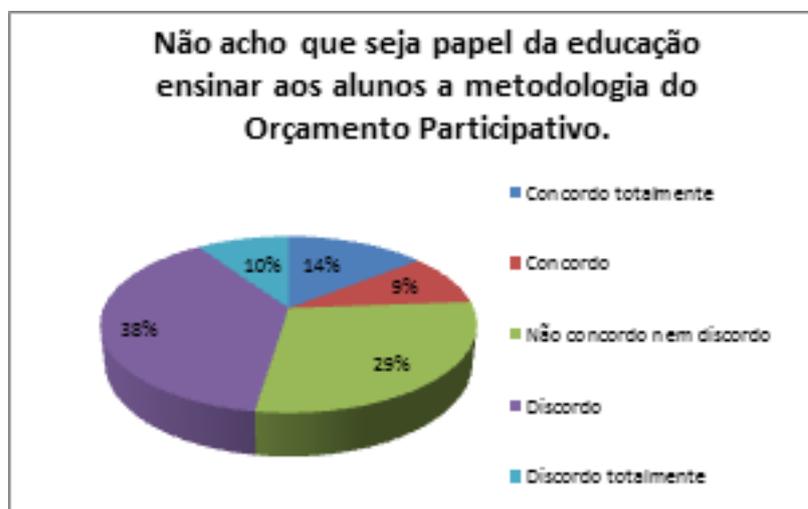


Gráfico 8 - Fonte: pesquisa

Percebe-se que frente a afirmação de que não é papel da educação ensinar os alunos a metodologia do Orçamento participativo, vinte e nove por cento não se posicionam, e os demais apresentaram opinião variada sobre o assunto, conforme observa-se no gráfico 8.

Estes dados nos provocam inclusive a questionar as respostas do gráfico 5 (participação dos alunos no espaço escolar), do gráfico 6 (estímulo a participação em conferências) e do gráfico 7 (assembleia de alunos na escola).

Será que os educadores não percebem nas assembleias um laboratório de aprendizagem para a futura inserção no Orçamento Participativo.

Novamente os dados nos inquietam e nos levam a problematizar que tipo de assembleia está sendo realizada com os alunos nas escolas. Estão estes alunos tendo espaços de participação e construção coletiva?

Em relação ao convívio social para além da sala de aula, de aproximação com a comunidade local os dados são positivos. Se observarmos o gráfico 9, percebemos que noventa e cinco por cento dos entrevistados acreditam ser importante a escola promover espaços de integração com a comunidade. Isso demonstra o quanto estes educadores consideram relevante a escola abrir-se para o diálogo.



Gráfico 9 - Fonte: pesquisa

Porém, ao observarmos o cotidiano da vida em sociedade o que se percebe ainda é uma não participação por parte da comunidade nos eventos promovidos pelas escolas. Diante disso questiona-se como a escola esta buscando esta aproximação.

Quando questionados sobre a relação entre escola e a realidade ou o contexto social dos alunos, especialmente, se um bom conhecimento da escola sobre seus alunos resulta em bons resultados, a maioria dos entrevistados responde positivamente. Novamente, considerando um olhar mais crítico sobre o cotidiano, somos levados a afirmar que o desafio que se coloca é buscar estratégias de escuta, de diálogo, de aproximação.

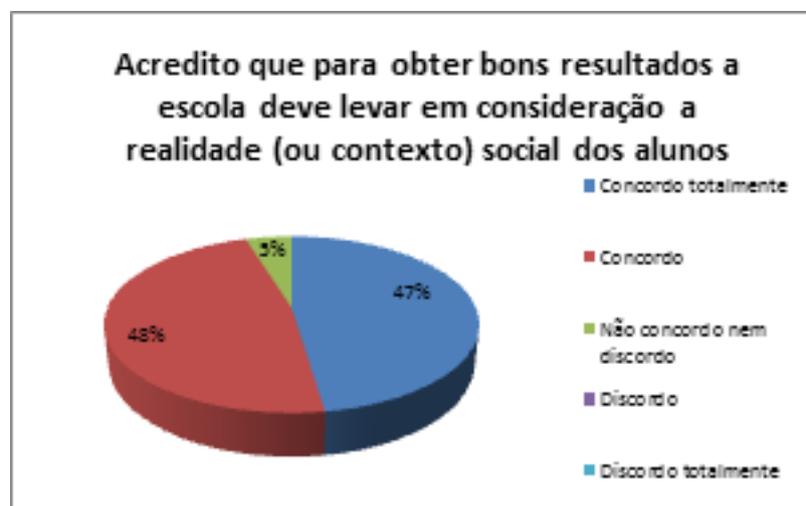


Gráfico 10 - Fonte: pesquisa

O que chama atenção logo após analisar os gráficos 9 e 10 - que valorizam os espaços de integração e que afirmam ser importante conhecer a realidade local - é que nos deparamos com opiniões diversas em relação as visitas sócio antropológicas.



Gráfico 11 - Fonte: pesquisa

O gráfico 11 evidencia que apesar da grande maioria (60%) concordar ou concordar totalmente, há vinte por cento dos professores investigados que não consideram as visitas sócio antropológicas como uma oportunidade de aproximação com a realidade (contexto) social dos alunos. Tampouco, como uma forma de aproximação com a comunidade, garantindo assim um vínculo social que pode refletir positivamente no sucesso dos eventos que a escola venha por ventura a oferecer.

Mais uma vez, estes dados nos coloca em estado de reflexão, nos levando a questionar as respostas do gráfico 9 (espaços de integração) e 10 (considerar a realidade ou contexto social dos alunos). Isto nos faz suspeitar que a educação continua se limitando aos muros da escola recusando ver e valorizar a cultura local.

Percebe-se também uma clara reprodução da lógica mercantil. Ao observarmos os dados do gráfico 12, percebemos que sessenta e sete por cento dos entrevistados entendem que a educação deve preparar os alunos para o mercado de trabalho. Considerando que o mercado de trabalho modificou-se muito nas últimas décadas, em função da globalização, indagamos que formação seria essa?



Gráfico 12 - Fonte: pesquisa

Em tempos de globalização, estar habilitado para transitar, física ou virtualmente, por diversas culturas é uma entre tantas habilidades fundamentais para o sucesso profissional. Se a escola não se abre e não valoriza nem a cultura local, que tipo de formação estaria fomentando para o atual mercado de trabalho?

Ao cruzarmos os dados do gráfico 12 com o gráfico 4 - que não valoriza alunos críticos e propositivos - podemos efetuar outra interpretação importante, a de que a escola está preparando os alunos para um único formato/modelo de profissional, aquele que segue as regras da lógica capitalista. Nesse sentido, gostaríamos de indagar se poderia a escola ser mais ousada e ensinar outro formato de trabalho como, por exemplo, uma economia solidária?

No gráfico 13 noventa por cento dos entrevistados concordaram ou concordaram totalmente que a educação deve ensinar valores como cooperação e solidariedade.

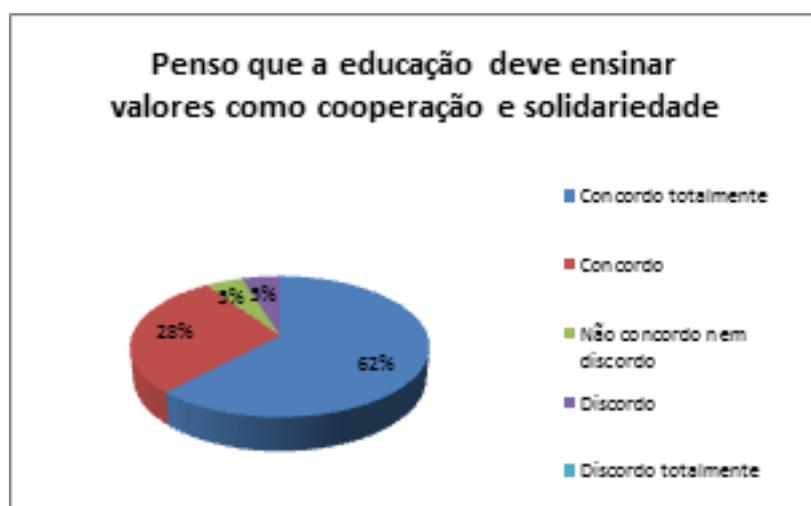


Gráfico 13 - Fonte: pesquisa

No entanto ao compararmos os dados do gráfico 13 com os gráfico 4 e 5, surgem alguns questionamentos: que cooperação estão se referindo estes professores se muitas vezes nem no próprio espaço escolar os alunos tem abertura para participar, ou mesmo para questionar e propor mudanças? Ou seja, na conjugação das respostas a essas três questões, podemos inferir que, para os professores, os alunos podem cooperar lá fora, mas dentro da escola não.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DE ENCERRAMENTO

Diante do atual cenário brasileiro, resultado das graves consequências da globalização, urge a necessidade da educação se preocupar com os problemas sociais, propondo e desafiando os alunos a trilharem caminhos diferentes, ou mais que isso, a questionarem os padrões estabelecidos globalmente.

Constata-se com as análises realizadas neste estudo que há uma defesa por parte dos professores em transversalizar a temática da cidadania nos currículos escolares. Contudo estes mesmo professores demonstram dificuldade em receber alunos críticos.

Os dados também evidenciam que nossa educação parece estar voltada para a lógica mercantil, a mesma mencionada anteriormente por Sales (data), que coloca em lados opostos o

mandante e o subserviente. Nesse sentido, a educação ainda está longe de se aproximar do que Canclini define por interculturalidade: um diálogo entre as diferentes culturas. Mas, na verdade, os dados evidenciam que a educação continua se limitando aos muros da escola, recusando ver e valorizar a cultura local e, tampouco promover um diálogo.

Em tempos de precarização das relações sociais, desintegração da vida comunitária bem como de ruptura da comunicação, cabe a escola valorizar a oportunidade de reunir em um único espaço diversas culturas, visto que representa atualmente uma das poucas instituições que pode promover uma construção coletiva. Ainda temos muito que avançar para minimizar as desigualdades sociais, e para isso, entende-se que as temáticas da solidariedade, cooperação, democracia e consumo devem adentrar o espaço escolar, invadindo não apenas os planos e projetos educacionais, mas, especialmente, produzindo uma nova sensibilidade voltada para uma ética da sustentabilidade.

Este estudo não teve a pretensão de obter respostas definitivas. Apenas propor um debate em relação a importância da educação para a formação cidadã.

REFERENCIAS:

ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do brasileiro**, Rio de Janeiro: Record, 2007. 277p.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: A busca por segurança no mundo atual, São Paulo: Zahar, 2003. 141 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade**, São Paulo: Zahar, 2009. 94 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: As consequências humanas, São Paulo: Zahar, 1999. 145 p.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e Cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização, Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. 228p.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. 236 p.

DEMO, Pedro. **Educação e Desenvolvimento**: Análise Crítica de uma Relação Quase Sempre Fantástica. S/D. Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/251/boltec251b.htm>>. Acesso em: 08 nov. 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado?** Revista Trabalho, educação e Saúde, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v1n1/05.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

LOPES, Ana Maria D'Ávila. **Da coexistência à convivência com o outro**: entre o multiculturalismo e a interculturalidade. Revista Interdisciplinar de mobilidade humana, 2012. Disponível em <http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/view/301>. Acesso em 08 mar. 2014.

SALES, Tereza. in FLORES, Pablo André. **Ações afirmativas de promoção da pessoa com deficiência no direito constitucional brasileiro** - 2009. Disponível em: <<http://ged.feevale.br/bibvirtual/monografia/MonografiaPabloFlores.pdf>> Acessado em: 10 de out. 2013.

